



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Deliberação Consema 32/2009

De 22 de setembro de 2009.

263ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.

O **Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA**, no exercício de sua competência legal, em especial da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, avaliou e aprovou a proposta apresentada pela Secretaria do Meio Ambiente para a instituição da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, conforme minuta de anteprojeto de lei abaixo anexada, ressaltando-se que também será ouvido o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, antes de ela ser encaminhada para apreciação da Administração Superior do Estado e posteriormente submetida à Assembleia Legislativa.

Francisco Graziano Neto
Secretário de Estado do Meio Ambiente
Presidente do Consema

GSF

“MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI

Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, altera dispositivos que especifica da Lei 11.160, de 18 de junho de 2002, e dá outras providências.

Artigo 1º- Esta Lei institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais com o objetivo de incentivar a oferta de serviços ecossistêmicos.

Artigo 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se:

I - **Serviços ambientais:** iniciativas que favorecem a conservação, manutenção, ampliação ou a recuperação de serviços ecossistêmicos, tais como preservação, proteção e recuperação de florestas nativas, adoção de práticas de conservação do solo e da água e de técnicas de manejo agroecológico e ações para a proteção e manejo de fauna silvestre;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

II - **Serviços ecossistêmicos:** benefícios propiciados pelos ecossistemas que são imprescindíveis para a manutenção de condições necessárias à vida;

III - **Pagamento por serviços ambientais:** transação voluntária na qual um serviço ambiental previamente definido é comprado por um pagador de serviços ambientais de um provedor de serviços ambientais que garanta a provisão destes serviços;

IV - **Pagador de serviços ambientais:** pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que paga por serviços ambientais, beneficiando-se, direta ou indiretamente, destes serviços;

V - **Provedor de serviços ambientais:** pessoa física ou jurídica que executa, mediante remuneração, serviços ambientais nos termos desta Lei.

Artigo 3º - O Poder Público Estadual poderá remunerar o Provedor de serviços ambientais, na forma estabelecida nesta Lei.

Artigo 4º - A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais será implementada por meio dos programas:

- I - Protetor das Águas; e
- II - Protetor do Verde.

§ 1º - O Programa Protetor das Águas terá como objetivos: proteção, conservação e melhoria da qualidade e da disponibilidade de recursos hídricos, tendo como provedores os Protetores da Água.

§ 2º - O Programa Protetor do Verde terá como objetivos: conservação da diversidade biológica, proteção da paisagem e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas por meio de recuperação e conservação florestal, manejo sustentável de sistemas de produção agrícola, agroflorestal e silvopastoril, tendo como provedores os Protetores do Verde.

Artigo 5º - Os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais a que se refere o artigo 4º desta Lei serão instituídos por decreto, ouvido o Conselho Estadual de Meio Ambiente, no caso do Programa Protetor do Verde, ou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no caso do Programa Protetor das Águas, e deverão fixar, no mínimo, os:

- I - tipos e características dos serviços ambientais que contemplarão;
- II - critérios para a seleção de áreas prioritárias;
- III - critérios de elegibilidade e priorização dos participantes;
- IV - critérios para a aferição dos serviços ambientais prestados;
- V - critérios para o cálculo dos valores a serem pagos;
- VI - prazos mínimos e máximos a serem observados nos contratos;
- VII - mecanismos financeiros por meio dos quais serão feitos os pagamentos.

Artigo 6º - Os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais visarão remunerar os Provedores dos serviços ambientais por ações que contribuam para a melhoria dos serviços ecossistêmicos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

§ 1º - Poderão ser Provedores de serviços ambientais:

I - Pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, proprietárias ou detentoras de posse mansa e pacífica de áreas rurais;

II - Pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, proprietárias ou detentoras de posse mansa e pacífica de áreas urbanas ou de expansão urbana que cumpram as funções ambientais previstas nos programas;

§ 2º - A adesão aos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais será voluntária.

§ 3º - A adesão aos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais deverá ser formalizada por meio de contrato ou termo de compromisso firmado entre o Provedor de serviços ambientais e o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente ou entidade delegatária, nos termos previstos no artigo 9º desta Lei, no qual serão expressamente definidos os compromissos assumidos, requisitos, prazos de execução e demais condições a serem cumpridas pelo Provedor para fazer jus à remuneração, conforme fixado em decreto regulamentador.

§ 4º - Os Provedores de serviços ambientais serão selecionados dentre os interessados, de acordo com as diretrizes e requisitos definidos nos Programas, devendo ser assegurada a observância dos princípios de publicidade, isonomia e impessoalidade.

§ 5º - Serão fixados em decreto regulamentador os requisitos mínimos que devem ser atendidos pelos projetos apresentados e pelas pessoas físicas e jurídicas que pretendem ser remuneradas como Provedores de serviços ambientais.

Artigo 7º - As áreas legalmente protegidas poderão ser contempladas em Programas de Pagamento por Serviços Ambientais, na forma definida nesta Lei e em seu regulamento, que estabelecerão as condições e os requisitos mínimos de elegibilidade.

Artigo 8º - O pagamento por serviços ambientais poderá ocorrer de forma direta ou indireta, por meio de:

I - transferência de recursos do Poder Público para o Provedor dos serviços ambientais, mediante o cumprimento das condições previstas nesta Lei, nos decretos regulamentadores e no termo de compromisso ou contrato firmado;

II - concessão de incentivos fiscais e de crédito diferenciado definidos em legislação específica;

III - remuneração adicional no preço de bens e produtos obtidos pelo uso e manejo sustentável dos ecossistemas.

Artigo 9º - Os recursos financeiros para a implementação dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais poderão vir das seguintes fontes:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- I - multas impostas a infratores da legislação ambiental;
- II - doações, empréstimos e transferências de pessoas físicas ou instituições nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- III - doações de Pagadores de serviços ambientais, efetuadas com a finalidade específica de remunerar serviços ambientais;
- IV - remunerações pela fixação e seqüestro de carbono em projetos desenvolvidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e outros;
- V - dotação orçamentária do Estado.

Parágrafo Único – No âmbito do Programa Protetor das Águas, poderão ser financiadas com recursos do FEHIDRO as ações que estejam previstas e priorizadas nos Planos de Bacia aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, e de acordo com a legislação de recursos hídricos em vigor, em especial a cobrança por recursos hídricos.

Artigo 10 - A Secretaria do Meio Ambiente será responsável pela coordenação, implementação e controle da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

§ 1º - O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, poderá delegar, total ou parcialmente, a implementação dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais a entidades públicas ou entidades civis sem fins lucrativos, mediante convênio, contrato de gestão com Organização Social ou termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, respeitada a legislação vigente e na forma de regulamento a ser editado.

§ 2º - A Secretaria do Meio Ambiente divulgará anualmente relatório sobre a implementação da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais do qual deverão constar, no mínimo, informações sobre os contratos firmados no âmbito dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais e resultados obtidos no período.

Artigo 11 - As operações financeiras destinadas ao pagamento de serviços ambientais serão efetuadas pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP.

Parágrafo Único - Não se incluem no FECOP os recursos provenientes do FEHIDRO destinados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica a projetos de PSA, que serão administrados pelo FEHIDRO segundo procedimentos próprios.

Artigo 12 – O parágrafo único do artigo 1º, o artigo 3º e o parágrafo único do artigo 6º da Lei 11.160, de 18 de junho de 2002, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º -

Parágrafo único: Fica criada, no âmbito do FECOP, a Subconta PSA, específica para a implementação de Programas de Pagamento por Serviços Ambientais.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Artigo 3º - Os recursos de que trata o artigo anterior serão aplicados em operações financeiras destinadas a apoiar e incentivar a execução de projetos relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente no Estado, inclusive naquelas destinadas ao pagamento por serviços ambientais.

§ 1º – Os recursos do FECOP poderão ser aplicados a fundo perdido quando o tomador for pessoa jurídica de direito público, nos termos e condições que forem fixados pelo Conselho de Orientação.

§ 2º - Quando se tratar de pagamentos por serviços ambientais os recursos do FECOP poderão ser aplicados a fundo perdido para pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nos termos e condições que forem fixados pelo Conselho de Orientação, observadas as diretrizes estabelecidas na Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.

Artigo 6º -

Parágrafo Único - A Secretaria do Meio Ambiente exercerá a função de agente técnico em relação à subconta PSA, cabendo à CETESB exercer a função de Secretaria Executiva e ao Banco Nossa Caixa S/A exercer a função de Agente Financeiro.”

Artigo 13 - Fica incluído novo artigo 3º à Lei 11.160, de 18 de junho de 2002, renumerando-se os artigos subsequentes.

“Artigo 3º - Constituem receitas da subconta PSA do FECOP:

I - as indicadas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do artigo 2º;

II - multas impostas a infratores da legislação ambiental;

III - doações de pagadores de serviços ambientais, efetuadas com a finalidade específica de remunerar serviços ambientais de que se beneficiem;

IV - remunerações pela fixação e sequestro de carbono em projetos desenvolvidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e outros.”

Artigo 14 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a partir de sua publicação.

Artigo 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”